Versão Online ISBN 978-85-8015-037-7
Cadernos PDE

VOLUME I

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2007

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

ARQUIVOS ESCOLARES E A MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES

Lilian Ianke Leite

Ao compartilhar os resultados do diagnóstico realizado nos arquivos de dez escolas da rede pública estadual de ensino, localizadas na cidade de Curitiba, este artigo, tem os seguintes objetivos: fomentar uma discussão a respeito das condições de preservação destes acervos; evidenciar algumas possibilidades de uso destes documentos no ensino de história; destacar a importância dos arquivos escolares para as pesquisas em história da educação; compartilhar algumas iniciativas voltadas para a preservação dos arquivos escolares. Inicialmente, apresento o diagnóstico realizado nos arquivos de dez escolas da rede pública estadual de ensino, localizadas em Curitiba, em 2007. Em seguida, analiso a legislação que orienta as escolas quanto ao tema. Destaco, a seguir, o crescente grau de importância dos acervos escolares para as pesquisas em história da educação, tendo como referência as reflexões deste campo de investigação. Num outro tópico, destaco a possibilidade do uso dos arquivos escolares no ensino de História, a partir da construção de um material didático no formato Folhas. Finalizo o artigo com a apresentação de algumas possibilidades de preservação dos arquivos escolares, a partir de experiências realizadas em São Paulo e no Colégio Estadual do Paraná.

Palavras-chave: arquivo escolar – preservação – diagnóstico – história da educação

ARQUIVOS ESCOLARES: UM DIAGNÓSTICO

Este artigo tem como objetivos: fomentar uma discussão a respeito das condições de preservação destes acervos; evidenciar algumas possibilidades de uso destes documentos no ensino de história; destacar a importância dos arquivos escolares para as pesquisas em história da educação; compartilhar algumas iniciativas voltadas para a preservação dos arquivos escolares.

O diagnóstico que apresento foi realizado em dez escolas da rede pública estadual de ensino. Dentre as instituições escolares estão escolas mais antigas, inauguradas a partir da década de 1920; escolas criadas em meados do século XX; e, escolas que iniciaram suas atividades a partir dos anos de 1970, todas localizadas na cidade de Curitiba.

O acesso aos arquivos escolares foi permitido pelos diretores e funcionários da secretaria. No entanto, num primeiro contato, ao explicar as intenções do trabalho, muitos demonstraram apreensão, justificada dentre outros motivos, pela

limitação de espaço, pela inadequação dos móveis, pela falta de pessoal responsável e ou qualificado para cuidar da organização do arquivo e pela inconsistência de orientações sobre a destinação e sobre os cuidados a serem dispensados ao material.

Para complementar as preocupações demonstradas pelos sujeitos escolares sobre os arquivos, considero importante fazer referência aos impactos gerados pelo processo de otimização dos espaços escolares, em decorrência da (re) organização do sistema de ensino em alguns momentos da história da educação. Pressionadas com a demanda por vagas causadas pelo fim dos exames de admissão no final dos anos de 1960, e a conseqüente ampliação do número de alunos que passou a ter acesso à escolarização obrigatória de oito anos, muitas escolas sofreram com a adaptação de bibliotecas, laboratórios e espaços destinados à guarda de documentos para serem utilizadas como salas de aula.

A criação de novos cursos e a cessação de outros também implicou a reorganização dos espaços escolares. Pode-se citar como exemplo, no Paraná, o processo de municipalização da oferta dos Anos Iniciais, que após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/1996 foi intensificado, atingindo, em 2007, percentuais próximos a 99%. Em conseqüência disso, as escolas estaduais passaram a privilegiar o atendimento de alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Ao pensar sobre este processo, pode-se perguntar qual o destino das fotografias, da literatura infantil, dos jogos, das cartilhas e materiais didático-pedagógicos até então utilizados nas escolas estaduais no processo de ensino e aprendizagem dos pequenos educandos.

Esta preocupação pode ser estendida também às escolas profissionalizantes, criadas a partir dos anos de 1970, e que ofertavam os mais diversos cursos técnicos e de magistério em nível médio e que sofreram um intenso processo de cessação desde o final dos anos de 1990. Situação motivada pela implantação do “novo” Ensino Médio regular na rede pública estadual de ensino, em acordo com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PROEM), financiado pelo Banco Mundial. Da mesma forma, pode-se indagar a respeito do destino do acervo bibliográfico, dos laboratórios e equipamentos que serviam à realização dos

trabalhos e pesquisas dos alunos e alunas dos cursos, das ementas das disciplinas, dos planejamentos, dos relatórios de estágios, etc.

Nesta pesquisa utilizei como referência o conceito de arquivo escolar elaborado por Medeiros, que o entende como “um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou natureza dos documentos” (MEDEIROS citado por BARLETTA, 2005, p.110).

Conforme Barletta (2005), as escolas exercem *númus* (ofício) público e, em conseqüência disso, têm como uma de suas responsabilidades a preservação dos seus arquivos. A finalidade dos arquivos escolares é a comprovação do direito de pessoas ou da administração. As informações provenientes desses arquivos são utilizadas pelos órgãos da administração pública para exercer um controle do fluxo referente ao oferecimento de vagas, matrículas, aprovação, reprovação, evasão, e etc. Para além de fins comprobatórios ou burocráticos, os arquivos escolares têm valor histórico e cultural, na medida em que permitem apreender elementos das práticas administrativas e pedagógicas construídas ao longo do tempo de funcionamento da escola.

Dessas reflexões, surgiu uma dos questionamentos norteadores dessa investigação, ou seja, até que ponto a importância do arquivo escolar é compartilhada pelos sujeitos escolares? Tal preocupação não é gratuita, pois durante a realização desta pesquisa, tive acesso apenas aos vestígios do arquivo de uma escola que estaria entre as privilegiadas no desenvolvimento de duas pesquisas, uma voltada para o uso do arquivo escolar no ensino de História e, outra, que se ocupa da historicidade dos conselhos de classe. Entre o tempo de contato com a escola e a efetiva consulta ao acervo, aconteceu o que todo pesquisador teme, boa parte dos documentos foram destruídos, pois, segundo uma funcionária da secretaria da escola “tudo o que tem mais de cinco anos, não precisa ser guardado.”

Na continuidade, realizei a mesma investigação em outras escolas. Infelizmente, constatei que este não é um fato isolado. Em mais da metade das escolas, ouvi dos funcionários e ou diretores que o descarte de boa parte do que se produz na escola, seja em atividades pedagógicas, seja em atividades

administrativas, são realizados porque a legislação orienta para que isso seja feito. Uma das funcionárias comentou “a escola não tem espaço para acumular tanto papel sem importância.”

Cabe destacar que nem tudo o que se produz na escola vira material para reciclagem ou mesmo lixo. Uma das primeiras afirmações tanto de diretores quanto dos funcionários das secretarias das escolas dizia respeito à seriedade e à guarda dos documentos de comprovação da escolaridade dos alunos e da vida profissional de professores e funcionários. Fato confirmado durante a consulta aos arquivos.

De forma geral, esses registros permanecem na secretaria das escolas ou ainda em espaços destinados a esse fim, fechados com chave ou em prateleiras e arquivos localizados em espaços de acesso restrito. A exceção foi identificada em uma das escolas, onde a documentação está acondicionada num porão, sofrendo com os efeitos da umidade, do pó e de roedores, em meio à sucata de carteiras e de um depósito improvisado de material reciclável.

Em outras duas escolas, de construção mais antiga, percebeu-se que a guarda de grande volume de documentos obrigatórios está provocando o afundamento do piso de madeira. Situação que exigirá a remoção de todo o material para um outro local até que os reparos sejam realizados, uma vez que colocam em risco não só a preservação dos documentos, mas também a integridade física das pessoas que estudam e trabalham nessas escolas.

Apesar de dispor de um lugar específico para a guarda da documentação obrigatória, em algumas das escolas consultadas, não há cuidados suficientes quanto à proteção dos arquivos no que tange à incidência de raios solares. Cortinas abertas, mal posicionadas ou inexistentes, deixam expostos boa parte dos papéis que já apresentam ressecamento visível e perda da cor da tinta usada nos registros.

Há ainda o uso de grampos de metal nas pastas dos arquivos de correspondência recebida e expedida, por exemplo.

Na maioria das pastas individuais, os documentos são unidos em um bloco com grampos de metal e as fotografias 3x4 cm dos alunos também são fixadas nessas pastas com o uso do grampeador. Muitos desses documentos apresentam sinais de comprometimento devido aos efeitos nocivos da ferrugem sobre o papel fotográfico.

Um outro fator preocupante é a diversidade de formas de organização dos arquivos. Na maioria das escolas envolvidas nesta pesquisa, para identificar documentos da vida escolar de um ex- aluno ou de um ex-funcionário, é necessário saber o ano em que freqüentou ou trabalhou na escola. Caso essa informação não seja precisa, a busca pode durar dias até que a documentação seja encontrada nos arquivos. Noutras escolas, há um livro-ata, no qual são arrolados anualmente os nomes dos alunos que estudaram na escola. Procedimento que auxilia muito a identificação dos documentos necessários para a emissão de um histórico escolar, por exemplo.

Numa das escolas, o procedimento de organização e de busca de documentos apresenta-se como uma boa alternativa a ser incorporada pelas demais escolas, já que até o momento não há um sistema informatizado para este fim. Trata-se de um fichário com a identificação de todos os alunos, feita pelo sobrenome, nome do aluno, seguida do nome da mãe, da relação de documentos existentes, número do armário e da caixa-arquivo onde estão guardados. Essa forma de organização garante agilidade no atendimento aos que procuram a escola para obter documentos.

Constatou-se também que os funcionários que atuam nas secretarias das escolas são, em sua maioria, contratados a partir do último concurso público realizado em 2004. Todos responderam que não haviam participado de cursos que contribuíssem para a sua atuação na escola. Boa parte diz ter recebido orientações de funcionários mais antigos ou da direção da escola. Mas, alguns disseram ter “descoberto” como deveriam agir em relação aos documentos produzidos e recebidos pela escola no dia-a-dia. Citaram também que a leitura de alguns documentos emitidos pela Secretaria de Estado da Educação auxiliou na condução dos trabalhos na escola. Outros recorrem, quando necessário, a outras escolas ou ainda ao Núcleo Regional de Educação para tirar dúvidas.

Nos espaços destinados para a biblioteca da escola há o predomínio de livros didáticos nas estantes. Algumas obras mais antigas são preservadas, mas representam para alguns funcionários um estorvo, pois segundo comentários “não servem nem para a pesquisa, apenas ocupam lugar”. Há ainda alguns mapas antigos que já foram utilizados pelos professores em anos anteriores, mas que hoje

apresentam péssimas condições de preservação. A organização do acervo, na maioria das vezes é confusa. Os livros não estão catalogados, e, em geral, são organizados por disciplina curricular, conforme o entendimento do funcionário que atua na biblioteca.

Materiais didáticos como jogos, cartazetes, mapas, réguas, carimbos, material dourado, coleções de slides, entre outros, existem em boa quantidade, mas encontram-se de forma dispersa na escola. Alguns ficam na biblioteca, em armários diversos, outros estão sob a guarda da equipe pedagógica, de um professor ou mesmo na secretaria. Podem ser encontrados também na sala dos professores ou no laboratório de ciências. Percebeu-se que boa parte desses recursos já caiu em desuso por estarem inadequados às demandas curriculares, ou ainda, pelo desconhecimento de sua existência pelos professores, conforme afirmaram quatro diretores. Apesar de dispersos e preservados pelo esquecimento, esses materiais estão constantemente ameaçados pela possibilidade de descarte. Aparentemente sem importância, a preservação destes conforme Barletta (2005, p.10), é imprescindível, pois esses materiais "refletem as práticas dos métodos pedagógicos, ou seja, atividades-fim da instituição escolar, que vinculam as funções formais às suas práticas".

Os registros fotográficos da escola estavam, em sua maioria, na sala do diretor. Em alguns casos foi possível encontrar álbuns com fotografias acondicionadas em álbuns. Alguns constam de informações que permitem identificar o assunto e a data em que foi fotografado. Apesar de um considerável aumento na quantidade de fotografias recentes, constata-se pouca preocupação em identificá-las e acondicioná-las satisfatoriamente. Numa das escolas, boa parte das fotografias antigas não estava disponível para consulta, conforme informou a diretora, mas na casa de uma ex-aluna e ex-professora da escola para a confecção de cartazes a serem expostos durante as comemorações de sessenta anos da escola. Nos álbuns mais antigos ficaram as lacunas das fotos retiradas para este fim. Talvez jamais sejam recolocadas no acervo da escola, uma vez que podem ser danificadas tanto durante a preparação, quanto durante a exposição ao público. Em outra duas escolas havia a preocupação em organizar atividades comemorativas ao aniversário da escola, mas conforme comentaram os diretores "não há material suficiente para

fazer uma exposição e o que existe não tem informação necessária". Sobre esta situação Souza, (2001, p.78) afirma que fotografia é um testemunho de um determinado fato ou acontecimento, mas revela também uma interpretação de mundo. Para esta autora:

> Na memória das escolas públicas, as fotografias inscrevem-se na imanência do tempo presente, nos acontecimentos significativos para professores, alunos e funcionários partícipes dessa temporalidade do agora, e assim, ela se constitui em um instrumento de memória institucional e de recordação, e poucas vezes como instrumentos de história. Dessa forma, o anonimato, a ausência de datas e nomes que as identifiquem são indicativos de uma funcionalidade que se inscreve na ordem efetiva dos significados compartilhados e escapa à lógica do documento e do arquivo (2001, p.78)

Apesar da escassez de informações e das condições de preservação dos acervos fotográficos, as fotografias são portadoras de um conjunto expressivo de informações sobre a escola e suas práticas "elas são a expressão da forma escolar – uma maneira de ser e comportar na escola – representações de uma cultura institucional veiculadora de conhecimentos, valores normas e símbolos considerados legítimos. Elas representam as singularidade e identidades compartilhadas" (Idem, p.81).

Mas, de forma geral, os documentos escritos são privilegiados entre os guardados na escola. Para Mogarro (2001, p.92) isso

> (...) decorre da directa relação da escola com o universo da escrita. A escrita tem (...) uma posição de centralidade no quotidiano escolar (na gestão administrativa, nas relações pedagógicas, na construção de saberes, nas relações sociais), estando presente em toda a vida da instituição. É nessa intima relação que o arquivo reflecte, na materialidade dos seus documentos e de forma mais consistente e lógica que os outros espólios, compreendendo-se assim o lugar central que ocupa na vida da instituição.

Não por acaso, há um grande volume de registros escritos produzidos pela escola em seus arquivos. Livros de registro de atas de reuniões da associação de pais e professores, de reuniões pedagógicas, de conselhos de classe, de convocação de pais e professores, de advertência, atas finais de aprovação e reprovação de alunos são encontrados de forma dispersa nas escolas pesquisadas. Parte do material está na secretaria, como por exemplo, as atas finais. As atas de reuniões pedagógicas, de conselho de classe, de convocação de pais e professores,

de advertência, foram localizadas na sala do diretor, na sala da equipe pedagógica, na secretaria e em alguns casos, no chamado arquivo morto. Muitos dos livros-atas não apresentam qualquer identificação externa e nem mesmo o termo de abertura do livro. Situação que dificulta tanto a localização temporal quanto o assunto ali privilegiado. Muitos desses livros não foram utilizados até o final, aparentemente porque caíram em desuso. Na maioria dos livros-ata consultados verificou-se que o não preenchimento do termo de encerramento.

Nos livros mais recentes, como por exemplo, os de relatório final de aprovação/reprovação percebe-se que o registro manuscrito foi substituído pela fixação de papéis por meio de colagem, do uso de *clipes* ou de grampos. Dentre os documentos afixados nesses livros-ata, encontram-se listagem de alunos, de professores, avisos emitidos ou recebidos pela escola, entre outros. Constatou-se que esta prática compromete não só a qualidade dos registros e as condições de preservação desses livros e dos demais registros, mas também demonstra a pouca preocupação com os registros da vida da escola.

Quanto aos registros produzidos pela equipe pedagógica, anteriormente nominadas pela legislação como orientadoras educacionais e supervisoras escolares, há escassez de registros. Sobre esse fato, alguns diretores justificaram que devido à intensa rotatividade desse profissional na escola, não há tempo para que algo seja construído para deixar registros na escola. Outros atribuem essa situação ao fato de que muitos desses profissionais, ao deixarem a escola, levam todos os registros que produziram.

Documentos como regimento escolar, projeto político-pedagógico, planejamentos antigos são raros. Em apenas uma escola havia cópia do regimento escolar anterior datado de 1994. Nas demais escolas, somente os documentos em vigência foram encontrados. Por outro lado, há um grande número de livros de chamada arquivados nas escolas. Talvez, um dos poucos documentos em série que permitem uma análise mais próxima do fazer pedagógico ao longo dos anos, a partir dos registros realizados pelos professores. Por meio deste documento pode-se identificar, por exemplo, a quantidade de alunos por turmas e a freqüência ao longo do ano letivo, o número de aulas semanais e de dias letivos, os registros do professor quanto aos conteúdos trabalhados, rendimento dos alunos, etc.

Durante a realização deste diagnóstico fui consultada, tanto pelos secretários como pelos diretores, sobre a possibilidade de descarte dos diários de classe, já que ocupam boa parte do arquivo morto e aumentam a cada final de ano letivo de acordo com o número de disciplinas e de turmas existentes na escola.

De forma geral, pode-se dizer que a situação dos arquivos escolares é preocupante, principalmente, porque prevalece nas práticas escolares o conceito de arquivo limitado a um espaço de guarda de documentos de comprovação da vida escolar de alunos e do exercício profissional de professores e funcionários. Postura que condiz com a definição de arquivo morto, apresentada por Camargo e Bellotto (1996, p.8) "denominação comumente utilizada em escolas (...), para designar o depósito onde se acumulam os documentos já não necessários à administração, mas que ainda guardam valor legal."

O QUE DIZ A LEGISLAÇAO SOBRE OS ARQUIVOS ESCOLARES?

Durante a realização do diagnóstico nas escolas, um novo questionamento foi provocado a partir dos comentários dos sujeitos escolares, que atribuíam o descarte de documentos de cunho mais pedagógico às orientações legais. Mas, afinal, o que diz a legislação sobre os arquivos escolares?

Em contato com a Secretaria de Estado da Educação, no Setor de Documentação Escolar, tive acesso à Deliberação n.º3, publicada em 05 de dezembro de 1986, pelo Conselho Estadual de Educação que ainda está em vigência. Decorrente de uma consulta da SEED, por meio do ofício nº. 2031/85, sobre incineração de documentos escolares e prazo para entrega de documentos escolares, o CEE responde, com seis artigos transcritos a seguir:

> Art. 1º O estabelecimento de ensino regulamentará em seu regimento escolar a forma de organização e manutenção da escrituração escolar e do arquivo.
> Parágrafo único. A escrituração e o arquivamento dos documentos deverão assegurar, em qualquer tempo, a verificação:
> a) da identidade de cada aluno;
> b) da regularidade de seus estudos;
> c) da autenticidade da vida escolar.
> Art. 2º Periodicamente, a Direção do estabelecimento, determinará a seleção dos documentos existentes no arquivo, a fim de serem excluídos os considerados sem relevância comprobatória.

Parágrafo Único. Os documentos passíveis de incineração ou destruição serão especificados no regimento escolar, que indicará, também, a forma e o momento de fazê-lo, observando o contido no Parecer n.º 004/86, anexo.

Art. 3º Na oportunidade da incineração de documentos escolares deverão ser feitos registros competentes, mediante lavratura das respectivas atas.

Parágrafo Único. Constarão, explicitamente, das atas de incineração a natureza e o número dos atos e/ou documentos, nomes dos antigos alunos, o ano letivo, a série ou período, o grau e a modalidade de ensino a que se referem, bem como os outros dados que atualmente possam auxiliar na identificação dos documentos incinerados ou destruídos.

Art. 4º Os estabelecimentos de ensino deverão proceder à adequação de seus regimentos escolares às presentes normas, no ano de 1987.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 6º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Pleno, revogadas as disposições em contrário.

Sala Padre José Anchieta, em 05 de dezembro de 1986.

Em análise ao proposto pela Deliberação, observa-se a preocupação da relatoria em responsabilizar a escola quanto à forma de organização e manutenção do arquivo. Orientação que se reflete na diversidade de formas de organização dos arquivos das escolas envolvidas nesta pesquisa. Outro aspecto a se destacar é indicação do diretor da escola como responsável pela periodicidade dos processos de seleção e de exclusão de documentos, tendo como referência o Parecer nº.004/86 e o regimento escolar. Observa ainda sobre o necessário registro, em ata, dos documentos a serem destruídos ou incinerados. Segundo diretores que conheciam esse documento, muito do que está preservado na escola deve-se ao fato de que o processo de descarte é muito complexo, sendo menos trabalhoso optar pela guarda dos documentos.

Se a Deliberação do CEE é exigente quanto à responsabilização da escola em relação à guarda dos documentos, o mesmo não se aplica à SEED, mantenedora das escolas públicas estaduais. Não há recomendações sobre a necessidade de uma orientação comum às escolas sob a sua jurisdição, sobre a formação continuada de diretores ou funcionários da secretaria ou sobre a necessidade de garantir, em todas as escolas um espaço, em condições adequadas, para a guarda dos documentos, por exemplo.

Em anexo à Deliberação n.º 031/86 consta o Parecer n.º 004/86, por meio do qual a relatora justifica a necessidade de incineração de documentos escolares, a partir dos seguintes argumentos:

(...) a falta de espaço para arquivamento de novos documentos é motivo de grande preocupação por parte dos administradores escolares, que vêem seu alunado crescer ano a ano, multiplicando, de forma acentuada, os papéis referentes ao estabelecimento de ensino e à vida escolar, não só dos alunos, mas de todos os elementos que compõem essa comunidade.
(...)
Sem dúvida nenhuma, a conservação e a guarda desses documentos por tempo indeterminado vem se tornando, na prática, ao longo dos anos, cada vez mais difícil.
(...)
Partindo-se do pressuposto de que a utilidade dessa guarda seja a possibilidade de consultas, com o objetivo de reconstituir a história do estabelecimento e/ou vida escolar do aluno, professor e demais funcionários, faz-se necessária, periodicamente, uma verificação dos documentos existentes no arquivo, a fim de serem retirados aqueles já considerados dispensáveis.

Além dos argumentos que justificam o descarte de documentos, são citados no referido Parecer uma listagem de documentos que poderão ser destruídos, depois de cumprido um tempo indicado para a guarda, como apresentado na tabela a seguir:

Tipo de documento	Tempo de guarda
Diário de classe	5 (cinco) anos
Planejamento didático-pedagógico	a critério do estabelecimento de ensino
Calendários escolares	a critério do estabelecimento de ensino
Provas finais	1 (um) ano após a sua aplicação
Ficha individual	2 (dois) anos
Requerimento de matrícula	1 (um) ano
Guia de transferência recebida	1 (um) ano
Requerimento de transferência	1 (um) ano

Além desses, o parecer cita um conjunto de documentos de guarda obrigatória, descritos a seguir:

a) referentes ao estabelecimento de ensino: atos de criação, autorização de funcionamento, reconhecimento, ampliação da oferta educacional, aprovação e/ou reformulação do regimento escolar e de grades curriculares, desativação de cursos, habilitações e/ou modalidades de ensino, etc.

b) relativos ao corpo discente: livros de registro de matrículas, de expedição de certificados e/ ou diplomas, de atas de reuniões, de atas de incineração de documentos, de atas de exames e processos especiais de avaliação, de registros de recuperações, de termos de visita de inspetores, etc. Relatórios finais, pasta individual de alunos, documentos onde são transcritos os dados de identificação do aluno (envelope, pasta, formulário, etc.), histórico escolar do aluno expedido pela escola de origem, no caso de aluno transferido; histórico escolar de aluno referente à (s) série (s) ou período (s) cursado (s) no estabelecimento; cópia de certificado ou diploma, se for o caso; outros

documentos que possam ter possibilitado o ingresso do aluno naquele estabelecimento de ensino, tais como pareceres do CEE e documentos relativos a estudos feitos no estrangeiro.

Da análise desse parecer, fica evidente que os registros relativos aos fazeres pedagógicos são considerados desnecessários pelo órgão normatizador do sistema de ensino, e, portanto, destinados ao descarte. Tal posição pode ter contribuído para a situação em que se encontram os arquivos das escolas. Boa parte do que representa a memória pedagógica das instituições escolares é descrito por Souza (2001, p.77) como:

> (...) documentação fragmentada, diacrônica e dispersa (...) alguns poucos vestígios do itinerário da vida das escolas públicas, conservados em precárias condições e salvaguardados pelo benefício da vontade de alguns, (...). É assim que os registros das aulas, os semanários e diários de lições de professores, os cadernos, as provas e os trabalhos dos alunos, os livros e materiais escolares perderam-se pelo tempo, dificultando, dessa forma, investigações sobre a ação dos atores e as práticas de ensino.

Apesar de todos os aspectos negativos, observados a partir do diagnóstico e da análise da legislação, vale ressaltar o grande interesse pelo assunto demonstrado pelos diretores e demais funcionários envolvidos na pesquisa. Foram muitas as manifestações relativas à importância deste trabalho e da necessidade de buscar alternativas para minimizar os problemas encontrados. Recebi dos sujeitos escolares diversas sugestões, dentre elas destaco os seguintes: cursos sobre arquivos escolares, criação de um museu sobre a escola, informatização de toda a massa documental, mudança na legislação sobre a guarda de documentos.

ARQUIVOS ESCOLARES E AS PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Neste tópico proponho uma breve reflexão sobre a importância dos arquivos escolares para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história da educação.

Pesquisadores que se ocupam da história da educação (ANDRADE, 2000; SOUZA, 1998; FARIA FILHO, 1996; VIDAL e FARIA FILHO, 2005, dentre outros), têm buscado superar a limitação dos estudos que privilegiam/privilegiavam a análise

das políticas e idéias pedagógicas distanciadas do universo escolar, uma vez que pouco contribuem para a compreensão do sentido e do significado das práticas escolares e das formas pelas quais os sujeitos escolares se relacionam com as orientações legais e pedagógicas provindas dos extra-muros da instituição.

Tendo como ponto de partida ou de centralidade um olhar mais aproximado dos diferentes registros existentes na escola, as pesquisas em história da educação têm problematizado, por exemplo, o lugar da escrita na e sobre a escola e que se referem às suas práticas e representações produzidas pelos diferentes sujeitos que compõem o universo escolar. Tais investigações têm se ocupado em "perceber a dinâmica interna do funcionamento escolar (...), [concebendo] a escola como produtora de uma cultura própria e original, constituída por e constituinte, também, da cultura social" (VIDAL, 2005 p.5). Sobre esta perspectiva, Vidal (2005) destaca as contribuições de Chervel (1990) e Forquin (1993) como importantes referenciais para se pensar a originalidade da cultura escolar:

> Constituída por um conjunto de teorias, idéias e princípios, normas, regras, rituais, rotinas, hábitos e práticas, a cultura escolar remete-nos também para as formas de fazer e de pensar, para os comportamentos, sedimentados ao longo do tempo e que se apresentam como tradições, regularidades e regras, mais subentendidas que expressas, as quais são compartilhadas pelos actores educativos no seio das instituições (FELGUEIRAS, 2005, p.105).

Conforme Vidal e Faria Filho (2005), há um crescente fortalecimento e ampliação do volume de trabalhos que se ocupam das *culturas escolares*. Esses estudos têm permitido minar as barreiras em torno da 'caixa preta' da sala de aula, bem como, "desnaturalizar a instituição escolar, historicizando a própria instituição escolar na medida em que se aborda de forma articulada os tempos, espaços,

sujeitos, materiais e conhecimentos envolvidos naquilo que alguns têm chamado de processo de escolarização da sociedade" (VIDAL E FARIA FILHO, 2005, p. 118). Isto pode ser atribuído, dentre outros fatores, a busca de outras fontes de pesquisa como "memórias e autobiografias, imagens, sobretudo fotográficas, revistas pedagógicas, jornais, livros didáticos e até mesmo filmes, músicas e materiais didáticos" (Idem, 2005), mesmo que ainda persista o uso tradicional de fontes, como legislação e relatórios oficiais, nas investigações da área.

Essas abordagens aproximam-se das proposições da nova história cultural, que tem como objeto principal "identificar o modo como os diferentes lugares e momentos de uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p.16).

Nesse sentido, a busca de novos olhares sobre a história da instituição escolar e de suas práticas tem sido intensificada e, conseqüentemente, produzido uma crescente valorização dos arquivos escolares, como espaços privilegiados de investigação (VIDAL, 2001; MOGARRO, 2001; FELGUEIRAS, 2005; GUSMÃO, 2005; GONÇALVES 2007, etc.). Para Mogarro (2001, p.77), os arquivos escolares se apresentam como "repositório das fontes de informação directamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos (...)".

Mogarro (2005) relaciona um conjunto de documentos disponíveis no arquivo escolar e de temas a investigar a partir dos mesmos, a respeito do cotidiano e das práticas escolares. Dentre os quais destaco: actas do conselho escolar, livros de

cadastro de professores, processos de professores, livros de cadastro de alunos, processo de alunos, livros de termos e coleção de pautas de aproveitamento escolar, actas de júris de exames, regulamentos internos, ordens de serviço, avisos e convocatórias, correspondências expedidas e recebidas, relatórios, etc. Mesmo diante de todas as possibilidades, a autora alerta para a necessária busca de outras fontes que permitam o cruzamento de informações, tendo em vista a complexidade que envolve o processo de investigação no campo educacional, pois entende que:

> (...) esses documentos permitem apreender a realidade educativa em que foram produzidos, mas podem ser lidos em perspectivas diversas e expressam, na sua materialidade e no seu conteúdo, a riqueza dos contextos de produção – isolados, são fragmentos do passado, cabendo ao historiador a tarefa de conferir-lhes validade, coerência, lógica e unidade, no estabelecimento necessário de relações com outros documentos e acervos (MOGARRO, 2005, p. 85).

A partir dessa breve reflexão é possível apreender algumas das possibilidades de investigação que se abrem a partir do uso dos arquivos escolares. É possível também identificar um conjunto expressivo de motivos que justificam não só o seu uso nas pesquisas histórico-educacionais, mas também a importância da adoção de políticas públicas de preservação dos acervos produzidos nas instituições escolares.

ARQUIVOS ESCOLARES E O ENSINO DE HISTÓRIA

Com o objetivo de ampliar os argumentos em defesa da preservação dos arquivos escolares, apresento a seguir uma proposta de trabalho que desenvolvi para o ensino de História, utilizando fontes existentes na escola para tratar com os alunos a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico e o ofício do historiador.

As demandas contemporâneas têm pressionado a escola a (re) pensar a sua função social e as suas práticas, muitas delas já naturalizadas no cotidiano escolar e que mostram sinais de saturação e/ou inadequação, uma vez que não correspondem as exigências atribuídas ao processo de escolarização formal no tempo presente.

Neste sentido, uma das opções que se abre é a adoção de uma abordagem mais investigativa e menos informativa no ensino de História. Como bem observa Traveria (2005) o aspecto central deste novo paradigma, qualificado como inovador, é o papel do professor como investigador que ensina a investigar e que investiga ensinando. A adoção dessa prática, segundo Fonseca (2003), viabiliza o estabelecimento de uma outra concepção pedagógica, mais socializadora e coletiva. Nela "o aluno assume um outro papel no processo de ensino e aprendizagem: deixa de ser submisso passando a exercer um papel ativo. Ele constrói conhecimentos, desenvolve atividades, discute, busca informações. (...) Mais do que adquirir conhecimentos, o aluno também os questiona. O professor por sua vez não apenas ensina, transmitindo conhecimentos – ele investiga aprende, questiona estimula, organiza, orienta e sistematiza" (FONSECA, 2003, p.122).

Incentivada por essas reflexões, desenvolvi um material didático no formato "Folhas[1]" com o objetivo de evidenciar as possibilidades de exploração metodológica do arquivo escolar e demais fontes existentes na escola para o ensino-aprendizagem na disciplina de história. Ao eleger a instituição escolar como objeto de estudos para o desenvolvimento da metodologia de pesquisa na escola, objetivava "a realização, na sala de aula, da própria atividade do historiador, [ou seja,] a articulação entre os elementos constitutivos do saber histórico e do fazer pedagógico. O objetivo da proposta é que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do contar, do narrar a história" (SCHIMITD e CAINELLI, 2004, p. 32).

A investigação realizada privilegiou os documentos existentes na escola, a partir de um diagnóstico e seleção de fontes no arquivo escola. Do conjunto dessas fontes pôde-se apreender informações que permitiram aos alunos problematizar, a partir das fontes, entre outros: o acervo histórico-educacional e as possibilidades do uso de documentos (escritos, orais, iconográficos, objetos, placas, arquitetura, e etc.) para melhor compreender a história da escola; as características físicas da escola originalmente e as mudanças sofridas; uniformes utilizados por alunos e professores neste e em outros tempos; festas e comemorações realizadas na escola ao longo de sua história.

[1] Sobre esta proposta de construção de material didático ver http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/projetofolhas/index.php

Esta proposta de trabalho no ensino de História só foi possível devido a preservação de parte do acervo histórico-educacional pela escola. Ao privilegiar *corpus* documental existente na escola como os diários de classe, trabalhos realizados pelos alunos, fotografias, correspondências recebidas e expedidas, avaliações, livros-atas, planejamentos, busca-se, também, ampliar as possibilidades de investigação a respeito da sala de aula.

Para viabilizar o uso do arquivo escolar, seja para o ensino de história, seja para pesquisas acadêmicas, é necessário preocupar-se e ocupar-se com a organização e a preservação do acervo.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COM OS ARQUIVOS ESCOLARES

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa tive contato com algumas ações ainda pontuais que vêm sendo realizadas em arquivos escolares. Ao compartilhar essas iniciativas objetivo ampliar a discussão sobre o tema, indicando possibilidades que possam contribuir para preservação dos arquivos escolares.

Em Curitiba, destaco a pesquisa coordenada pela profª. Nádia G. Gonçalves "Arquivo Escolar do Colégio Estadual do Paraná: investigação sobre seu tratamento ao longo da história da instituição com base no levantamento, organização e catalogação do acervo documental" que tem como objetivo principal analisar o tratamento dado na trajetória histórica do CEP ao arquivo escolar e ao Museu Guido Straube.

O Projeto "Nossa escola tem história" integra o conjunto de ações do Projeto "Memorial da Educação Paulista" do Centro de Referência em Educação Mario Covas, que, dentre suas ações organizou um manual de trabalho em arquivos escolares, publicado em 2003/2004, com o objetivo de realizar a implantação de arquivos escolares na rede pública do Estado de São Paulo. Desta forma, pretende disponibilizar o acervo à consulta de pesquisadores, estudiosos e interessados em geral, além de preservar a memória da escola paulista e conscientizar a sociedade sobre a importância de zelar pelo patrimônio cultural, especificamente os acervos escolares, até agora pouco valorizados.

Uma outra referência é o projeto “Preservando a memória do ensino público paulista: a Escola de Aplicação, 1959-1999” que sistematizou, em 2004, um manual intitulado “O acervo escolar: organização e cuidados básicos”, com princípios básicos de arquivística, orientações sobre arquivamento, técnicas para acondicionamento de materiais, de organização e acessibilidade, com vistas à sua preservação. Ao mesmo tempo em que descreve a experiência do trabalho realizado na escola, orienta quanto aos procedimentos básicos para a preservação de acervos educacionais.

Cabe destacar ainda a realização do I Encontro de Arquivo Escolares e Museus Escolares, em 2005, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que teve como um de seus resultados a publicação do dossiê “Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação”, na Revista Brasileira de História da Educação, em 2005.

A continuidade desse trabalho ocorreu no II Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, realizado no mês de abril de 2008, na Universidade Federal do Paraná, sob a responsabilidade do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação, vinculado à linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação. Os objetivos do encontro visaram: propiciar a socialização de pesquisas concluídas ou em andamento sobre a temática do evento e de relatos de experiências relacionadas ao desenvolvimento de projetos de implementação e organização de arquivos escolares, museus escolares ou centros de documentação, relacionados à história da educação no Brasil; reunir pesquisadores, professores e estudantes de diferentes instituições brasileiras, dedicadas ao trabalho ou à pesquisa com/sobre arquivos escolares, museus escolares ou centros de memória e de documentação relacionados à história da educação; e contribuir para o aprofundamento do debate teórico-metodológico sobre o tema.

Os exemplos de propostas aqui apresentadas não esgotaram o número de iniciativas que se ocupam dos arquivos escolares e museus escolares. Foram aqui apresentadas com o propósito de valorizar os esforços e a dedicação de instituições e de pesquisadores na construção de perspectivas mais positivas para os arquivos escolares e fomentar as discussões em torno do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entendo que todas as tentativas para a criação de uma política de preservação dos arquivos escolares são urgentes e essenciais para:

- viabilizar a destinação de recursos que favoreçam a preservação dos arquivos escolares, a criação de espaços próprios para a guarda de documentos que não podem ser preservados nas escolas, núcleos regionais de educação e mesmo na Secretaria de Estado da Educação.

- que a legislação sobre os arquivos escolares seja revista;

- constituir uma comissão ou órgão responsável pela preservação dos acervos escolares.

- propiciar condições para a organização, a preservação e o acesso dos pesquisadores aos documentos que se constituem em suportes da memória educacional paranaense;

- estabelecer orientações comuns, respeitadas as especificidades de cada escola, para a organização e preservação dos acervos das escolas da rede pública estadual;

- proporcionar a formação continuada de funcionários e professores sobre a organização e a preservação dos arquivos escolares;

Esses apontamentos e as reflexões propostas neste artigo não têm a pretensão de esgotar a discussão aqui levantada, indicam apenas algumas das possibilidades que podem contribuir para mudar a realidade dos arquivos escolares. Há por certo, um longo caminho a se percorrer até que os arquivos mortos de nossas escolas adquiram a condição de arquivos histórico-educacionais. Espero que este artigo possa ser tomado como um passo neste sentido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada**. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 7).

BARLETTA, Jacy Machado. Entre arquivos e museus. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas (SP): Autores Associados, n.1, jul./dez. p. 101-122, 2001.

BITTENCOURT, Circe M.F. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista brasileira de história.** São Paulo, v.13 nº 25/26,set.92/ago.1993 pp. 193-221.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004, pp.327-407.

CATANI, Afrânio M. e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT história da educação da ANPED (1985-2000). Campinas (SP), **Revista brasileira de história da educação**, n.17, pp113-128, jan./abr. 2002.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. São Paulo: EDUSP, 1991.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 117-229, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo (RS): UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTA, Marcos Levy Albino. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, p.p.193-211, 2007.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/ comunicação da herança educativa. **Revista pro-prosições**, Campinas, 87-101, jan./abr. 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história:** experiências reflexões e aprendizagens. Campinas (SP): Papirus, 2003 – (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 208 p.

GONÇALVES, Nadia G. **O arquivo escolar, a universidade e a escola**: diálogos possíveis. Curitiba, 2007 (mimeo).

GUSMÃO, Emery Marques. Arquivos escolares, memória e cultura. **Patrimônio e memória.** Assis (SPO): UNESP – FCLAS – CEDAP, v. 1, n.1, s.p. 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. **Revista brasileira de história da educação,** Anped, São Paulo, n.1, set./dez. 2000.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas (SP): Autores Associados, n.1, jul./dez. p. 75-100, 2001.

MOGARRO, Maria João. Arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Revista pro-prosições**, v. 16, n.1 (46), p.103- 116, jan./abr. 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na escola primária. **Educar**, Curitiba, n.18, p.75-101. 2001. Editora da UFPR.

VIDAL, Diana Gonçalves. Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas (SP), v.1, n.1, p.p. 73-74, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: Souza, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas (SP): Autores associados, 2005. (Coleção educação contemporânea).

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Estado da Educação de. **Manual de trabalhos em arquivos escolares.** Secretaria de Educação; elaboração de Tereza Marcela Meza. São Paulo: CRE Mario Covas, IMESP, 2003.

SHIMITD, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e ação no magistério).

TRAVERIA, Gemma Tribo. **Enseñar a pensar históricamente**: los archivos y fuentes documentales em la enseñanza de la historia. 1 ed. Barcelona: Unioversitat Barcelona, 2005 - (Cadernos de formación del professorado – educación secundaria).

ZAIA, Iomar Barbosa. **O acervo escolar:** organização e cuidados básicos. São Paulo: Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, 2004.